

# A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO DE GEOGRAFIA, UMA PRÁTICA INTERDISCIPLINAR.

Lourival dos Santos Sampaio<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho aborda a importância do ensino da Educação Ambiental de forma interdisciplinar na disciplina de Geografia, e do currículo de geografia descrito na Base Nacional Comum Curricular (2017). Assim, por meio de uma revisão bibliográfica e da análise da BNCC, apresenta e ratifica a importância da educação ambiental, por meio da ciência geográfica, ciência esta que traz na sua identidade o estudo da relação homem/natureza, e que tem como missão formar novos cidadãos, numa perspectiva de desenvolver o ensino crítico libertador no campo socioambiental, contribuindo para a mudança de comportamentos e hábitos, em relação ao cuidado com a natureza, com o meio ambiente, no meio em que vive, através de atos concretos que façam a diferença. E estas mudanças passam pela escola ao formar cidadãos conscientes e comprometidos pela geografia escolar. Assim, partindo desta intimidade entre estes campos do saber, este trabalho tem por objetivo discutir ratificar a importância do estudo da temática, educação ambiental de forma interdisciplinar na Geografia, e do seu currículo na BNCC, refletindo e buscando contribuir com a discussão dos trabalhos em sala de aula, e a sua importância para a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com a responsabilidade e transformação socioambiental, entendendo que trabalhar de forma interdisciplinar, é trabalhar o que há em comum entre as áreas do saber, mostrando as interligações entre as mesmas, desenvolvendo trabalhos pedagógicos que ampliem a visão do aluno na leitura do mundo. Assim, este trabalho de revisão bibliográfica, foi embasado em profissionais que discutem a temática educação ambiental e geografia, como: Carvalho (2008), Cavalcanti (2006), Guimarães (2002), Jacobi (2003), Loureiro (2011), Lacoste (2016), Pontuschka (2004), entre outros, como também documentos oficiais da educação como a BNCC.

**Palavras Chave.** Interdisciplinaridade; Educação Ambiental; Ensino de Geografia.

**Abstract:** This paper addresses the importance of teaching Environmental Education in an interdisciplinary way in the discipline of Geography, and the geography curriculum described in the Common National Curriculum Base (2017). Thus, the analysis of the BNCC, and the author's experience and experience in formal and informal education in the discussion and work of the theme, presents and ratifies the importance of environmental education, through geographical science, this science. Which has in its identity the study of the relationship between man and nature, and whose mission is to form new citizens, in a perspective of developing liberating critical education in the social and environmental field, contributing to the change of behaviors and habits, in relation to the care with nature. , with the environment, in the environment in which they live, through concrete acts that make a difference. And these changes go through the school to form citizens aware and compromised by the school geography. Thus, starting from this intimacy between these fields of knowledge, this paper aims to discuss ratifying the importance of the study of the theme, environmental education in an interdisciplinary way in geography, and the curriculum in the BNCC, reflecting and seeking to contribute to the discussion of the works in question. classroom, and its importance for the formation of citizens aware and committed to the responsibility and social and environmental transformation, understanding that working in an interdisciplinary way, is to work what is common between the areas of knowledge, showing the interconnections between them, developing pedagogical works that broaden the student's vision in reading the world. Thus, this bibliographic review work was based on professionals who discuss the theme environmental education and geography, such as: Carvalho (2008), Cavalcanti (2006), Guimarães (2002), Jacobi (2003), Loureiro (2011), Lacoste (2016), Pontuschka (2004), among others, as well as official education documents such as the BNCC.

---

<sup>1</sup>Lourival dos Santos Sampaio é graduando concluinte do Curso de Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF –

**Key words.** Interdisciplinarity; Environmental education; Geography teaching.

## **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho traz uma discussão e reflexão a respeito do ensino interdisciplinar da educação ambiental na geografia escolar, entendendo que o ato de educar é uma tarefa desafiadora, pois não é fácil transformar realidades, e que educar é contribuir para a mudança de consciência, mudança esta que leva a uma visão crítica-reflexiva, do meio em que vivemos. Para alcançarmos tal feito, requer muito esforço e dedicação, missão essa que o professor de Geografia através da escola, assume e busca formar cidadãos para uma vivência harmônica entre si, com o próximo, e com a natureza, com o meio em que vive, com a nossa “casa comum”, o planeta terra.

Sendo a Geografia a ciência e área do saber que estuda o espaço geográfico, e a relação sociedade natureza, por meio de seus conceitos e categorias, a mesma deve promover uma discussão e reflexão acerca do meio ambiente e da sociedade, pois a Educação Ambiental é uma temática, que deve ter um espaço especial e ser trabalhado e discutido na Geografia, devido a proximidade entre os saberes, visto que, além de ser um tema integrador, e não constituir de uma disciplina específica, é também interdisciplinar.

Sabendo que o processo de ensino-aprendizagem é um ato desafiador, principalmente quando buscamos trabalhar de forma interdisciplinar, pois requer uma visão de mundo que contemple outras áreas do conhecimento em uma realidade complexa e integrada. Portanto, este artigo tem como objetivo discutir e apresentar a potencialidade da Educação Ambiental por meio da disciplina ensino de Geografia de forma interdisciplinar. O corpo teórico está formado pela discussão e resultado da revisão bibliografia de obras de autores consagrados que discutem a temática, acerca da Educação Ambiental, e o ensino de Geografia de forma interdisciplinaridade na prática escolar e da análise da Base Nacional Comum Curricular, documento que norteia a educação brasileira como também da vivência e experiências no campo da educação formal e informal do autor.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A metodologia é a etapa que descreve os passos que utilizamos para realizar o trabalho. Assim entendemos que para cada trabalho de pesquisa, seguimos uma metodologia para alcançarmos nosso objetivo. Para a produção deste trabalho, foram realizadas pesquisas de cunho bibliográfico, pois foi com base em estudos e investigação em livros, sites, artigos e documentos oficiais, entre eles a Base Nacional Comum Curricular, como também reflexões pessoais que chegamos aos resultados. Segundo, Marconi e Lakatos (2010), esse modelo de trabalho, com característica bibliográfica:

[...] ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnéticas e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas quer gravadas. (MARCONI e LAKATOS, 2010, p. 57)

Sendo assim, este artigo apresenta reflexões a respeito da BNCC e uma revisão bibliográfica acerca do ensino da Geografia, da Educação Ambiental e da interdisciplinaridade. A pesquisa bibliográfica é vista por alguns teóricos, como aquela pesquisa que não apresenta algo novo, mas como bem apresenta Marconi e Lakatos (2010, p.57), [...]“a pesquisa bibliográfica não é mera representação do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas proporciona o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”. Assim vemos a importância da discussão e renovação do saber por meios das revisões bibliográficas.

## **Resultados e discussões**

### **1. A Interdisciplinaridade**

O desenvolvimento do trabalho escolar na perspectiva interdisciplinar é de fundamental importância para a construção do conhecimento, principalmente quando discutimos processos sociais e ambientais. Precisamos trabalhar nesta perspectiva, na formação interdisciplinar, objetivando formar cidadãos conscientes e capazes de fazer análises crítica, promover debates e soluções de problemas sociais e ambientais. Nesse sentido, as experiências possibilitam afirmar que a

interdisciplinaridade possibilita maior compreensão dos saberes, contribuindo para o desenvolvimento de projetos escolares e envolvimento das turmas e professores.

A interdisciplinaridade não é um conceito tão recente no nosso país, desde 1979, Fazenda (2008), vem escrevendo e debatendo sobre este tema, mas segundo a autora, a interdisciplinaridade ainda não é trabalhada e valorizada como deveria, por mais que a palavra estivesse nos discursos de educadores e professores. Outro autor que opera sobre o conceito de interdisciplinaridade, Etges (1995), destaca que este conceito não consiste na mistura de conteúdo ou métodos de diferentes disciplinas, quem assim faz, não entendeu a interdisciplinaridade e põem em risco o saber posto e prejudica o aprendizado do aluno.

Com a evolução da ciência e desenvolvimento do conhecimento em diversas áreas, surge a necessidade da interdisciplinaridade, que busca quebrar a barreira de disciplinas fechadas, fragmentadas e suas “caixinhas”. Ao tratar de interdisciplinaridade Ivone Yared (2008) enriquece nosso conhecimento ao dizer que:

[...] interdisciplinaridade é o movimento (inter) entre as disciplinas, sem a qual a disciplina se torna vazia; é um ato de reciprocidade e troca, integração e vôo; movimento que acontece entre o espaço e a matéria, a realidade e o sonho, o real e o ideal, a conquista e o fracasso, a verdade e o erro, na busca da totalidade que transcende a pessoa humana. Creio que a interdisciplinaridade leva o aluno a ser protagonista da própria história, personalizando-o e humanizando-o, numa relação de interdependência com a sociedade, dando-lhe, sobretudo, a capacidade crítica no confronto da cultura dominante e por que não dizer opressora, por meio de escolhas precisas e responsáveis para a sua libertação e para a transformação da realidade. (YARED,2008, p.165)

Sendo assim, pode-se dizer que para o trabalho pedagógico alcançar seus objetivos, é de suma importância a interdisciplinaridade, fortalecendo a prática do professor, esta prática interdisciplinar deve estar presente na vida dos estudantes desde os anos iniciais, pois, o conhecimento nas áreas do saber não se limita a uma disciplina, por mais que tenhamos um modelo didático, uma matriz curricular, um sistema de ensino construído para favorecer o desenvolvimento dos conteúdos de forma individualizado, em cada área do conhecimento e por disciplina. É necessário que o professor supere essa compartimentação e trabalhe na perspectiva interdisciplinar, objetivando contemplar o desenvolvimento dos estudantes com uma visão de mundo mais ampla, concreta e crítica, para que eles compreendam que tudo está interligado, que os saberes não são separados, que um complementa o outro, e que no dia a dia, o nosso cotidiano, não é separado por disciplinas. Assim faz-se

necessário trabalhar na perspectiva interdisciplinar e superar a visão fragmentada dos saberes.

Neste sentido do trabalho interdisciplinar, Diamantino Trindade (2008, p.72-73) afirma diz que:

Para alguns, surgiu da necessidade de reunificar o conhecimento; para outros, como um fenômeno capaz de corrigir os problemas procedentes dessa fragmentação; outros ainda a consideram uma prática pedagógica. Mais importante do que defini-la, porque o próprio ato de definir estabelece barreiras, é refletir sobre as atitudes que se constituem como interdisciplinares: atitude de humildade diante dos limites do saber próprio e do próprio saber, sem deixar que ela se torne um limite; a atitude de espera diante do já estabelecido para que a dúvida apareça e o novo germine; a atitude de deslumbramento ante a possibilidade de superar outros desafios; a atitude de respeito ao olhar o velho como novo, ao olhar o outro e reconhecê-lo, reconhecendo-se; a atitude de cooperação que conduz às parcerias, às trocas, aos encontros, mais das pessoas que das disciplinas, que propiciam as transformações, razão de ser da interdisciplinaridade.

Compreendendo que os conhecimentos estão todos conectados, devemos proporcionar e estimular o desenvolvimento e a capacidade da visão e leitura de mundo dos educandos, pois no dia a dia os conhecimentos não são separados e na escola a dificuldade que um aluno tem em determinada disciplina, pode ser contemplada e sanada em outra disciplina, se trabalhado de forma interdisciplinar.

Os saberes devem apresentar e refletir a unidade, não podemos seguir modelos de educação fragmentada, como se uma coisa não tivesse haver com a outra, devemos trabalhar em uma concepção indicando e mostrando que tudo está interligado, assim como os órgãos do nosso corpo, mesmo sendo muitos, e cada um tendo e desenvolvendo uma função, todos estão conectados, e um depende do outro.

## **2. A geografia e educação ambiental, um trabalho interdisciplinar por essência**

Para melhor compreendermos a história da Geografia no Brasil foi feito um recorte temporal. O final do século XIX, foi o período em que podemos perceber a presença da Geografia nas escolas e universidades. Não é pretensão deste trabalho trazer presente a história da ciência geográfica, apenas situar o início da mesma nas instituições educacionais do país.

A Geografia é uma das disciplinas que está entre as mais importantes das ciências humanas, e que compõem o currículo escolar brasileiro. Ela em si já é interdisciplinar, podendo dialogar com diversos campos do saber, entre elas a

educação ambiental. Como aponta Manoel Andrade (2008): “A Geografia pode ser definida como a ciência que estuda as relações entre a sociedade e a natureza, ou melhor, a forma como a sociedade organiza o espaço terrestre, visando melhor explorar e dispor dos recursos da natureza [...]”. (p.14). Ou seja, a Geografia está envolvida com as questões ambientais desde o próprio nome.

Em questões históricas a disciplina de Geografia no Brasil, data de meados do século XIX, quando, no colégio Pedro II no Rio de Janeiro, na época capital do país, a disciplina foi criada tendo como ministradores das aulas, professores que não tinham formação em Geografia.

A formação de professores de Geografia data do século XX, por volta do ano de 1931, após a ascensão de Getúlio Vargas ao poder em 1930. Seguindo o que Rocha (2000) já aponta, foi com a renovação do ensino superior do país, pelo decreto de nº19.851, de 11 de abril de 1931, pelo ministro Francisco Campos, que faculdades de Educação, Ciências e Letras, foram os espaços acadêmicos que abrigou o curso de Geografia e outros mais. A Universidade de São Paulo (USP), no ano de 1934, foi a primeira instituição a organizar um curso de formação de professores de Geografia dentro das regras após a reforma de 1934. Seguidos quatro anos depois, a Universidade do Distrito Federal, hoje a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a instituição também passa ofertar o curso de superior em Geografia.

Mesmo sendo considerado um curso novo oficialmente, em comparação com países europeus, a Geografia já estava presente na vida das pessoas e dos estudantes. Porém, este campo do saber era reservado ao governo e devido a sua importância e a necessidade de desenvolver na população o sentimento de patriotismo e conhecimento geopolítico, a Geografia como disciplina voltada para a educação da população, passou a ser desenhada e desenvolvida nas escolas e Universidades. Para Yves Lacoste (2016), esta é ensinada nas escolas, é a geografia dos professores, assim o autor fala de duas geografias diferenciando, a dos professores e dos Estados, está como representação cartográfica, poder estratégico.

Podemos dizer que a Geografia é o meio ambiente, e podemos estudar as questões ambientais a partir do espaço geográfico, campo de estudo da Geografia. Vivemos dentro de uma região, dentro de um território, onde construímos a cultura, as relações sociais, damos o nome de lugar com sua paisagem. A Geografia trabalha a relação homem e meio, sociedade e natureza. O professor de Geografia está diante de um grande desafio, que é educar, e educar é desafiador porque a missão desse

profissional é ensinar a ler o mundo e seu espaço, a ser crítico, autônomo e a questionar a situação do qual vive, é dar meios que os estudantes sejam sujeitos de sua formação, e isso incomoda muita gente.

O aluno é o sujeito ativo de seu processo de formação e de desenvolvimento intelectual, afetivo e social; o professor tem o papel de mediador do processo de formação do aluno; a mediação própria do trabalho do professor é a de favorecer/propiciar a interação (encontro/confronto) entre o sujeito (aluno) e o seu objeto de conhecimento (conteúdo escolar). Nessa mediação, o saber do aluno é uma dimensão importante do seu processo de conhecimento (processo de ensino-aprendizagem). (CAVALCANTI, 2017, p. 67).

Assim trabalhar de forma crítica, através do confronto do saber com a realidade, de forma libertadora é um ato revolucionário e perigoso, do qual os professores estão na linha de frente, estão na linha de “fogo” e podem ser mal interpretados e ter que apresentar explicações pelo trabalho do qual é sua missão desenvolver. O ensino de Geografia na educação básica, deve ultrapassar os muros da escola, ir além do conteúdo superficial e decorativo, a Geografia junto a educação ambiental deve nos conduzir a reflexão crítica, o que gera a aproximação do cidadão aos problemas da comunidade e dar possibilidade e aporte para a compreensão do mundo a sua volta. A Geografia escolar deve contribuir para o desenvolvimento e autonomia do educando, do seu “pensar geográfico”, para pensar o lugar e o mundo, partindo da realidade que o cerca, partindo do meio onde vive, onde as primeiras mudanças devem acontecer (CAVALCANTI, 2017). A Geografia é este campo do saber, é esta disciplina que estimula a busca de conhecimento de mundo, partindo do nosso lugar, do olhar a paisagem e buscar entendê-la, interpretá-la, analisá-la e refletir sobre ela. Este olhar não pode apenas se resumir em observar a paisagem, mas fazer uma leitura crítica sobre a mesma, leitura esta que inclui vivência e conhecimentos acumulados, e assim com a análise, angariar mais informações e transformar em conhecimento, percebendo que o lugar onde mora e resultado de questões políticas, culturais, econômicas, sociais, que age sobre a natureza e a transforma.

Ao estudar o espaço geográfico, ao eleger as categorias como a paisagem, território, região e lugar, a Geografia engloba um grande campo de estudo interdisciplinar, pois permite um diálogo com diversos campos do saber, entre estes saberes está a educação ambiental. Assim ao estudar a relação sociedade e a natureza, busca entender e compreender a atuação e impacto da ação humana no meio onde atua.

A Geografia pode e deve fomentar a discussão para conscientizar e formar o cidadão na sua responsabilidade com o meio ambiente, levando-o a entender que ele é sujeito da transformação, ele é agente da mudança, e as decisões tomadas neste espaço podem comprometer outros, mesmo que esteja distante, pois a natureza é o todo. Na escola, as crianças, os adolescentes, os jovens, devem compreender que são as pessoas que fazem a geografia acontecer, são elas responsáveis pelo meio onde vivem, são responsáveis em cuidar da natureza. O rio que está sendo poluído a quilômetros da casa dela ou até mesmo próximo, pode estar recebendo o esgoto que sai da casa dos mesmos, a rua com esgoto a céu aberto está provocando impacto na natureza, e futuramente poderá vir a causar males na saúde dos moradores da rua e do bairro. Para a Geografia, o conteúdo a discutir está próximo, onde o problema está acontecendo, ali está a sala de aula, ali está a educação ambiental e Geografia e como afirma Lana Cavalcanti (2017):

Tenho partido da concepção de que o trabalho de educação geográfica na escola deve compor um projeto mais amplo de formar cidadãos pensantes e críticos, ou seja, cidadãos que desenvolvam competências e habilidades de um modo de pensar autônomo. No caso específico da geografia, trata-se de ajudar alunos a desenvolver modos de pensar geográfico: internalizar métodos e procedimentos de captar a realidade, ter consciência da espacialidade das coisas. Esse modo de pensar geográfico é importante para a realização de práticas sociais variadas, já que elas são sempre práticas sociais parciais. (2017,p.73).

A missão da educação é formar cidadãos críticos, pensantes e autônomos, em vez de simples repetidores do sistema em que vivem, só através da educação que trabalha na perspectiva libertadora e contextualizada e que busque transformar a realidade em que vive, e ao transformar, também se transformar, é que alcançaremos o objetivo.

A Geografia está em toda parte, está a nossa volta, assim podemos ensinar e aprender geografia sem se ater a livros a todo tempo e sem estar preso a sala de aula, e parafraseando Pontuschka (2004), o mundo é a sala de aula da Geografia, o nosso bairro é a sala de aula, a nossa cidade, a escola, ou a margem de um rio, é espaço potencial do ensino da geografia, o campo de plantação ou na pracinha em frente à escola ou a feira da cidade.

A Geografia por ser um campo do saber interdisciplinar, engloba a educação ambiental, que não se resume a uma área de conhecimento, ela está no campo geográfico, na vida. Assim, a interdisciplinaridade é uma ponte, é uma porta aberta

para o diálogo entre as áreas do conhecimento. A Geografia deve possibilitar e favorecer elementos para uma leitura e visão global, onde os indivíduos compreendam que o global interfere no local, e vice-versa, e essa visão é possível quando é trabalhado os conteúdos de forma interdisciplinar.

O professor de Geografia tem por missão ensinar a ver o mundo de forma diferente, da qual é visto no dia a dia, é educar para a liberdade de forma crítica, discutindo temas pertinentes, partindo dos problemas locais, sem se apegar ao conteúdo só porque está no presente no livro. Segundo Paulo Freire (2002):

O educador que, ensinando Geografia, "castra" a curiosidade do educando em nome da eficácia da memorização mecânica do ensino dos conteúdos, tolhe a liberdade do educando, a sua capacidade de aventurar-se. Não forma, domestica. (FREIRE, 2002, p.92)

Na fala de Paulo Freire (2002), nós educadores devemos instigar a curiosidade do aluno, questioná-los, buscar saber o que eles pensam e o que eles sabem sobre o assunto, antes de dar resposta sem as perguntas levantadas, em nome de passar o conteúdo, em nome da instrução e do ensino. Devemos instigar a curiosidade, curiosidade esta que leva ao aprendizado, ao interesse de querer saber o porquê de determinada situação e acontecimento, como também de possível solução. A educação alcança seus objetivos quando discute problemas que estão prejudicando a população, quando discute temas que fazem com que os envolvidos repensem seus comportamentos, suas ações, seu modo de ver e viver a vida, a buscar novos valores e princípios que passem a praticar e ser a mudança e cobrar mudanças.

### **3. O histórico da educação ambiental no Brasil**

Para melhor nos situarmos na discussão a ser apresentada ao longo deste trabalho, foi feito um recorte histórico, tendo por base, os anos de 1990, em especial, década esta que marca o desenvolvimento e ascensão das questões ambientais e educacionais no Brasil, destacando-se a criação dos PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais de Meio Ambiente (1997) como tema transversal, por exemplo.

O percurso histórico percorrido pelos conhecimentos e debates dos temas ambientais no Brasil, nos levou a Educação Ambiental como tema transversal nas escolas, a partir dos anos noventa do século passado, quando o Brasil passou a participar de conferências internacionais sobre poluição, mudanças climáticas,

desmatamento, e também passou a sediar importantes eventos de nível internacional que discutiam as temáticas ambientais, como a Eco Rio 92.

No ano de 1977, o Brasil participou da I Conferência Internacional sobre Educação Ambiental, que foi realizado em Tbilisi, capital da Geórgia, ex-URSS (DIAS,2004). Outros eventos se sucederam com a participação do Brasil, como o Congresso Sul-americano realizado na Argentina, que deu continuidade nas discussões da Eco Rio 92.

Com a redemocratização política, em 1985, e com a promulgação da nova Constituição Federal, em 1988, a questão ambiental, que estava em ascensão, ganha espaço. No capítulo VI, artigo 225, que trata do Meio Ambiente, destaca-se no inciso VI – “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”. Outros documentos e programas foram sendo elaborados a partir de então, como o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), em 1994. Com a Eco Rio 92 também foi elaborado a Agenda 21, documento este de grande importância para a questão ambiental no mundo e que deve ser construída coletivamente em ambientes escolares e comunitários.

Para a educação brasileira, na década de 90, destaca-se o Programa Nacional de Educação Ambiental pelo Ministério da Educação (MEC) em parceria com o Ministério do Meio ambiente (MMA). Com as mudanças que aconteciam no Brasil na área da educação, foram elaborados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (1997), tendo a educação ambiental como tema transversal.

A elaboração dos PCNs de Meio Ambiente (1997) foi uma resposta e fruto da Conferência Internacional Rio/92, onde, diante da conjuntura, 170 países, entre eles o Brasil, assinaram tratados nos quais se reconhece o papel central da educação para a “construção de um mundo socialmente justo e ecologicamente equilibrado”, o que requer “responsabilidade individual e coletiva em níveis local, nacional e planetário” (BRASIL, 1997). Assim, devido a sua importância a educação ambiental estava sempre nas recomendações e nas decisões dos tratados internacionais sobre meio ambiente e no Brasil foi elaborado PCN de Meio Ambiente e apresentado como tema transversal para o ensino fundamental de 1º ao 4º ano e do 5º ao 8º ano. Os PCNs de Meio Ambiente tinham como objetivo subsidiar os currículos e projetos escolares, para a formação dos cidadãos e desenvolver a relação da sociedade com a natureza. Como aponta o documento, “evidentemente, a educação sozinha não é suficiente para

mudar os rumos do planeta, mas certamente é condição necessária para tanto”. (BRASI,1997, p,22). Os PCNs de Meio Ambiente foram divididos em duas partes, a primeira trata da questão ambiental e a segunda parte apresenta os conteúdos de Meio Ambiente, orientação, avaliação e critérios didáticos para os primeiros e segundos ciclos.

Em 1999, foi criada a lei 9.795 de 27, de abril de 1999, a qual regulamenta a Educação Ambiental no Brasil. Segundo esta lei, a educação ambiental deve estar presente em todos os níveis da educação, desde a infantil, ao nível superior, na educação formal e não formal. Outros documentos que tratam da questão ambiental foram sendo editados e reformulados, entre eles a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e a Lei de Proteção da Vegetação Nativa (LPVN), conhecida como o novo código Florestal, a lei de nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e que substituiu, e revogou o Código Florestal de 1965.

#### **4. A importância da Educação Ambiental**

A educação ambiental tem por missão levar o cidadão a reflexão e transformação de atitudes, e o seu comprometimento com a própria vida, e a vida no planeta como a conhecemos. Em tudo que fazemos ou projetamos, temos um objetivo a alcançar, seja pessoal, coletivo, público ou privado, e os motivos sempre nascem de determinada necessidade. A Educação Ambiental nasceu devido as necessidades presente, e após as conferências e discussões, foram sendo elaborados leis e documentos que orientassem este trabalho. Entre elas está a lei 9.795 de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental e diz no capítulo I artigo 1º que detalha o conceito que devemos entender como educação ambiental.

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL,1999, s/p).

Seguindo esta orientação, vemos que o ensino e aprendizagem da educação ambiental deve contribuir para a vivência harmônica do ser humano com os outros seres da natureza e no ambiente do qual convive, administrando de forma sustentável os recursos naturais. A Educação Ambiental deve formar cidadãos críticos e

conscientes, que busquem e vivam uma prática social e estabeleçam relações de forma ética com o meio ambiente, e a Educação Ambiental é o caminho para que possamos viver esta relação. Para Mauro Guimarães (s/d, p.17):

Em uma concepção crítica de Educação, acredita-se que a transformação da sociedade é causa e consequência (relação dialética) da transformação de cada indivíduo, há uma reciprocidade dos processos no qual propicia a transformação de ambos. Nesta visão, educando e educador são agentes sociais que atuam no processo de transformações sociais e nesse processo se transformam; portanto, o ensino é teoria-prática, é práxis.

Assim cabe destacar a importância das escolas e centros de formação formal e não formal na construção de conhecimento e formação de cidadãos conscientes da importância do meio ambiente, que vai além da fauna e da flora. Como bem aponta Pedro Jacobi (2003. p.197):

Quando nos referimos à educação ambiental, situamo-na em contexto mais amplo, o da educação para a cidadania, configurando-a como elemento determinante para a consolidação de sujeitos cidadãos. O desafio do fortalecimento da cidadania para a população como um todo, e não para um grupo restrito, concretiza-se pela possibilidade de cada pessoa ser portadora de direitos e deveres, e de se converter, portanto, em ator co-responsável na defesa da qualidade de vida.

As escolas, instituições e o poder público devem incentivar e fomentar a discussão e trabalhar a concretização da sociedade em preservar e cuidar da natureza e do meio onde cada um vive. A Lei nº 9.795, de 27 de Abril de 1999 que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental diz no inciso IV, Art. 5ª, afirma – “o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania”.

Precisamos superar a ideia e a noção que temos a respeito da educação ambiental, pois assim que falamos, ouvimos ou vamos ensinar sobre o tema, acabamos por resumi-la ao ato de manter o ambiente limpo, e não jogar lixo na rua. Contudo, a educação ambiental deve e vai além destes atos e as crianças e adolescentes, como também jovens e adultos, que precisam ser reeducados para mudar seu modo de vida consumistas, pois somos e fazemos parte do meio ambiente. A partir do momento que agredimos a natureza, estamos nos voltando contra nós mesmos, contra o bem-estar do próprio ser humano, sendo assim, temos e devemos

estar refletindo constantemente a nossa postura e os impactos das nossas ações, pois:

Vivemos em uma cultura de risco, com efeitos que muitas vezes escapam à nossa capacidade de percepção, mas que aumentam consideravelmente as evidências de que esses efeitos podem atingir não só a vida de quem os produz, mas as vidas de outras pessoas, espécies e até gerações. Trata-se de uma crise ambiental nunca vista na história, que se deve à enormidade de poderes humanos, com seus efeitos colaterais e consequências não antecipadas, que tornam inadequadas as ferramentas éticas herdadas do passado (BRASIL, 2007, s/p).

A educação ambiental nas escolas deve ultrapassar o conceito de ser estudado apenas em datas especiais, e deve ser trabalhada em projetos educacionais, como tema transversal, como apontava o Parâmetro Curricular Nacional do Meio ambiente (1997). Atualmente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (2017), currículo oficial que orienta o ensino infantil e fundamental no Brasil, substituindo os Parâmetros Curriculares Nacional (1997). A BNCC (2017) substituiu o conceito de Educação Ambiental pelo termo “sustentabilidade” e a transversalidade passou a ser tratada como tema integrador. Mesmo diante da redução do espaço para a discussão do tema na BNCC (2017), a educação ambiental continua com o seu valor, pois acima da BNCC está a Constituição Federal, que afirma a necessidade desta discussão na educação brasileira. Assim, enquanto educadores precisamos trabalhar a educação ambiental constantemente e de forma transversal e interdisciplinar.

Assim, destaca-se que a educação é um direito de todos, como afirma a Constituição Federal de 1988, ela é um ato político e ideológico. Neste sentido corroboro com o que diz Marcos Reigota (1996) que:

A Educação Ambiental como educação política é por princípio: questionadora das certezas absolutas e dogmáticas; é criativa, pois busca desenvolver metodologias e temáticas que possibilite descobertas e vivências, é inovadora quando relaciona os conteúdos e as temáticas ambientais com a vida cotidiana e estimula o diálogo de conhecimentos científicos, étnicos, e populares [...]. (REIGOTA, 1996, p.15).

Assim, Educação Ambiental como afirma o autor citado, deve ser questionadora e crítica, e esta criticidade é alcançada através do diálogo e reflexão, que nos possibilita desenvolver o conhecimento e conscientizar os demais cidadãos e alunos nas escolas e fora dela.

O processo educativo na direção da formação de condutas, possibilita o entendimento da importância da preservação ambiental, de um modo de vida sustentável, capaz de gerar o mínimo possível de impactos nas nossas ações, tanto no campo rural com as plantações, e usos de inseticidas e agrotóxicos nas lavouras, como na cidade, no descarte do lixo, no destino dos esgotos domésticos das fabricas, ou em outros determinados meios. Seguindo a linha de pensamento de Paulo Freire (1980), entendemos que o ser humano é o sujeito responsável por pensar soluções para os problemas que eles mesmo causam, e, por meio da reflexão rever seu comportamento e mudar sua situação e atuação no mundo no seu lugar de vivência, de forma concreta, pois é através da reflexão, do pensar a realidade, de se comprometer com a mudança, e mudá-la, é que tomamos consciência do mundo.

É por meio do estudo e reflexão que vamos crescendo, ensinando e aprendendo, nós somos os sujeitos da transformação. Se somos o problema somos também a solução destes problemas. Neste sentido cabe a reflexão de Geraldo Dias (2004) quando diz que:

Não se pode compreender uma questão ambiental sem suas dimensões políticas, econômicas e sociais. Analisar a questão ambiental apenas do ponto de vista “ecológico” seria praticar um reducionismo perigoso, no qual as nossas mazelas sociais (corrupção, incompetência gerencial, concentração de renda, injustiça social, desemprego, falta de moradia e escolas para todos, menores abandonados, fome, miséria, violência e outros) não apareceriam. Essas mazelas, por sua vez, são criadas pelo modelo de desenvolvimento econômico adotado, que visa, apenas à exploração imediata, contínua e progressiva dos recursos naturais (e das pessoas), cujo lucro do uso predatório vai para as mãos de uma pequena parcela da sociedade. (DIAS,2004, p.109)

A questão Ambiental deve perpassar pela vida de cada ser humano, portanto, não podemos ficar dependente de governo, e, como nos ensina a nossa constituição, a soberania emana do povo, precisamos usar nossa força de cidadãos, precisamos cobrar dos nossos representantes, mas também viver a educação ambiental, precisamos rever nosso estilo de vida e o que estamos aceitando, naturalizando, como se fosse comum. A degradação ambiental está aumentando cada vez mais, e isso gera diversos problemas que vai além do local onde acontece o problema, pois a natureza é uma peça única, é um corpo, é um todo.

A população deve estar ciente dos acontecimentos e dos problemas gerados, estudar e ter um olhar crítico, e não um olhar passivo como se fosse problema dos governos, e este nível de criticidade só alcançaremos por meio da educação,

educação esta que nos leva a concretização, a mudança de postura, por isso a Educação Ambiente deve iniciar desde a educação infantil e ir ao nível superior, como indica a lei nº 9.795/99, que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental. A Lei afirma em seu Artigo 2º, que:

“A Educação Ambiental é um componente essencial e permanente na Educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal”. O Artigo 3º, inciso II, complementa a ideia ao prescrever que cabe às “instituições educativas promover a Educação Ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem”. (BRASIL,1999, s/p).

Mas acima de tudo, tem que ultrapassar o nível da instituição de ensino, deve estar na vida, no estilo de vida e modo de viver de cada um. As escolas devem ensinar e viver a educação ambiental. Devem trabalhar e ensinar os conhecimentos construídos na educação ambiental, e desenvolver os trabalhos pedagógicos pautados em um método que condizem com a vivência harmônica com o meio ambiente, vivenciando e incentivando a preservação, e a sustentabilidade. Como nos lembra Carlos Loureiro (2011, p. 73):

A Educação Ambiental é uma práxis educativa e social que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitam o entendimento da realidade de vida e a atuação lúdica e responsável de atores sociais individuais e coletivos no ambiente. Nesse sentido, contribui para a tentativa de implementação de um padrão civilizacional e societário distinto do vigente, pautado numa nova ética da relação sociedade-natureza.

Não é de agora que a questão ambiental vem sendo discutida para podermos mudar o nosso estilo de vida e a nossa convivência e respeito com a natureza, natureza esta da qual fazemos parte. O tempo passou, porém, parece que muitas coisas não mudaram na forma e métodos do ensino nas escolas, mas como transcender o ensino de educação ambiental se a mesma não é disciplina? A resposta está no trabalho interdisciplinar, pois assim trabalharemos a educação ambiental em todas os campos do saber.

Precisamos e devemos aumentar o conhecimento que gere mais consciência ambiental, tanto nas escolas, quanto nos lares, como também na sociedade em geral. Essa consciência envolve questões que passe de uma escala simples, da casa, dos

lares, rua e bairro, e chegue a escalas maiores como a cidade, região, estado e país, chegando ao conhecimento de mundo, nossa casa comum, o espaço geográfico.

A Geografia, como ciência que trabalha a relação sociedade, tem muito a contribuir e potencializar o desenvolvimento da educação ambiental, quando pauta e trabalha a temática ambiental de forma crítica, reflexiva e libertadora.

### **5. A Geografia e a Educação ambiental na BNCC, uma questão curricular**

O currículo escolar, de modo geral, contém as atividades propostas e organizadas sistematicamente para o trabalho do professor. Ele indica o caminho a ser seguido em uma instituição de educação. Por meio do currículo escolar fica decidido o que deve ser ensinado e quais atividades a serem desenvolvidas, e neste sentido, podemos afirmar que o currículo é poder, é controle como diz Tomaz Silva (2017). O mesmo segue dizendo que:

O currículo é lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder. O currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é autobiografia, *currículum vitae*: no currículo se forja nossa identidade. O currículo é texto, discurso, documento. O currículo é documento de identidade. (SILVA, 2017, p. 150).

E este poder, pode levar a opressão ou a liberdade, avanços ou retrocessos, inclusão ou exclusão. Ao construir o currículo escolar deve-se ficar atento e ter sempre em mente a quem este currículo vai servir, e onde se pretende chegar. O currículo escolar deve conduzir a autonomia crítica do cidadão, pois é também relações, não se resume a conteúdos, deve reforçar e conduzir a construção do conhecimento, valorizando a cultura e identidade, e não pode ser fechado, pronto e acabado, deve estar sempre em construção. O currículo formal deve estar a favor da educação de qualidade (LIBÂNEO, 2001). Assim, os conteúdos curriculares propostos pelos PCNs (1997), como caminhos a serem seguidos pelos professores em sala de aula, e, atualmente, a BNCC (2017), são instrumentos de poder, de controle sobre as instituições escolares.

A BNCC (2017), portanto, é o novo currículo oficial do ensino infantil e fundamental no Brasil. Apresentado em três versões, modificadas ao longo dos anos de 2015 e 2016, e tendo sua versão final aprovada em 2017, o documento foi construído em consultas públicas no site do MEC, nos estados e municípios por meios das secretarias de educação no Brasil. Mesmo com as consultas realizadas, o texto final recebe muitas críticas por estudiosos da educação e educadores, onde os

mesmos apresentam diversas falhas no texto final e salientam que faltou debates e efetiva participação popular.

Aprovado e em vigor, este é o novo documento norteador da Educação Básica, na modalidade infantil e ensino fundamental, onde as escolas e secretarias devem se adequar a esta até o ano de 2020, que para alguns apoiadores, trazem novas competências e habilidades a serem desenvolvidas no ensino básico, visando superar lacunas presentes nos PCNs (1997) e apontando o que dever ser ensinados nas escolas de todo o país, deixando assim todos os estudantes em um mesmo nível de estudo.

Em um primeiro momento, como apresenta alguns críticos da BNCC, a proposta parece interessante, principalmente para quem não conhece os processos educacionais do país, porém, ao analisar mais detalhadamente vemos que é uma proposta que não favorece a educação, devido as disparidades e extensão territorial do Brasil, e em vez de ajudar a desenvolver, vai criar mais desigualdade educacional. Esta padronização que busca homogeneizar a educação em um currículo único e centrar o ensino em competências e habilidades visam uma formação apenas para o mercado de trabalho distorcendo a missão da escola, do ensino, que é formar acima de tudo, cidadãos críticos, reflexivos e autônomos, capazes de construir e desenvolver seus projetos e aplicar suas habilidades, e não serem treinados e adestrados por meio de um currículo único. Como bem apresenta Ivânia Sena (2019):

Um currículo igual para todos é uma proposta no mínimo desrespeitosa, mas é também contra-democrática. Fere a autonomia das redes de ensino, dos professores e de todos que fazem a escola. A homogeneização desrespeita as distintas matrizes étnicas do povo brasileiro, inclusive, suas conquistas, no âmbito da legislação educacional, as quais parecem não ter valor na BNCC. Um currículo igual para todos, passa por cima das diferenças regionais e culturais e torna o processo escolar restrito aos saberes mínimos, isentos de implicação com os sujeitos, suas lutas e seus direitos. Um currículo nesse formato enfraquece a democracia, não forma para a criticidade, para o engajamento social, para a superação das desigualdades. É o currículo perfeito para a ditaduras se instalarem de modo naturalizado. (SENA, 2019, p. 20)

Uma base comum curricular para o ensino no país, já era defendida e estava presente na Lei de Diretrizes Básicas da Educação (LDB) de 1996. Mas poderíamos perguntar se defender um currículo único seria o melhor para o país? A forma que está sendo exposta e que foi complementada a BNCC é o melhor caminho para as

mudanças necessárias para a educação? A BNCC defende que 40% deste currículo será de responsabilidade dos Estados e Municípios. Mas fica a pergunta. Qual será a referência dos Estados e Municípios para a construção destes 40% que a BNCC apresenta? Muitas perguntas e questionamentos ainda são feitos, muitas dúvidas ainda pairam sobre a BNCC, muitas críticas são feitas, assim como foram feitas aos PCNS, e elas são necessárias, pois, cabe refletir e buscarmos conhecermos cada vez mais. E entre estas críticas podemos destacar e buscar conhecer questionarmos sempre o porquê da seleção de alguns conteúdos escolares e outros não? Como também questionarmos os novos referenciais para a Geografia e para a Educação Ambiental apresentados na BNCC (2017). Os PCNs (1997), apresentavam a temática ambiental a ser trabalhada de forma transversal, temática que se manteve nos dois primeiros ensaios da BNCC e que foi modificada na última versão. Na BNCC (2017) os temas transversais foram convertidos em temas integradores, e o termo educação ambiental desapareceu, sendo substituído pela palavra sustentabilidade. Bom lembrar que o ensino da educação ambiental é defendido na Constituição Federal de 1988, e sustentabilidade não é sinônimo de educação ambiental, sustentabilidade é o resultado da educação ambiental, e ao mudar os termos na BNCC temos uma redução de visão, de abrangência e a importância do ensino da educação ambiental. A BNCC (2017), ao tocar na temática na sua versão final diz que:

[...] o incentivo à proposição e adoção de alternativas individuais e coletivas, ancoradas na aplicação do conhecimento científico, que concorram para a sustentabilidade socioambiental. Assim, busca-se promover e incentivar uma convivência em maior sintonia com o meio ambiente, por meio do uso inteligente e responsável dos recursos naturais para que estes se recomponham no presente e se mantenham no futuro. (BRASIL, 2017, p. 279).

Assim podemos ver e acompanhar que, em sua versão final, na BNCC (2017) o trabalho nas escolas está voltado, direcionado e dando ênfase em especial para a sustentabilidade, e que, em segunda instância, está o meio ambiente entendido como recurso natural apenas.

Desta forma a BNCC (2017) despreza a temática ambiental, pois não apresenta proposta e nem incentivos para avançarmos, enquanto educadores, nos estudos e debates nesta área, nem busca efetivar a superação das demandas necessárias. A Educação Ambiental deve ser valorizada, deve ter atenção especial devido a necessidade da mesma, para a construção de uma sociedade comprometida com a

mudança socioambiental, buscando efetivar um novo estilo de vida, e esta mentalidade socioambiental tem sua base de construção na Educação Básica e na formação dos novos cidadãos, como também de professores, especialmente o de Geografia por ser o profissional que, nesta área do saber, tem um diálogo constante com a questão ambiental, contribuindo com a formação de cidadãos e possibilitando o acesso ao conhecimento da temática, estimulando a discussão, a participação e envolvimento de cada um na vida da comunidade, da cidade e do país.

A educação é a ponte para a mudança social, e ao retirar o termo educação ambiental, ao minimizar a forma de trabalho nas escolas a respeito da questão ambiental, estamos ferindo a Constituição Federal. A BNCC (2017) fere a constituição, pois, sustentabilidade não é sinônimo de educação ambiental, por mais que seu significado seja próximo e que a sustentabilidade já esteja na educação ambiental, o ato educacional vai além, a sustentabilidade é e deve ser o resultado da educação ambiental, da mudança de mentalidade.

Assim como aconteceu com a educação ambiental, com a reforma curricular, o currículo de geografia também passou por mudanças, mudanças estas que não favoreceu o campo de ensino da geográfico, e mais uma vez muitas críticas são feitas denunciando o retrocesso e esvaziamento do currículo de geografia. Mesmo com o esvaziamento e retrocesso, a BNCC (2017) apresenta em seu texto, a ideia da Geografia como um componente curricular importante para a compreensão do mundo, dando ênfase e buscando desenvolver nos estudantes o pensamento espacial e raciocínio geográfico, assim como apresenta o texto base.

O raciocínio geográfico, uma maneira de exercitar o pensamento espacial, aplica determinados princípios[...]para compreender aspectos fundamentais da realidade: a localização e a distribuição dos fatos e fenômenos na superfície terrestre, o ordenamento territorial, as conexões existentes entre componentes físico-naturais e as ações antrópicas. (Brasil, 2017. p.359)

Por meio das cinco unidades temáticas estruturadas, organizando os componentes, estas unidades foram subdivididas em objetos de conhecimentos e habilidades, os quais apresenta nas unidades: “O sujeito e seu lugar no mundo; Conexões e escalas; Mundo do trabalho; Formas de representação e pensamento espacial; Natureza, ambientes e qualidade de vida”. (BRASIL, 2017). Estas cinco unidades, com foco no pensamento espacial e raciocínio geográfico, são

apresentadas como as mudanças que irão potencializar a aprendizagem do aluno nos conhecimentos geográficos.

Tanto os PCNs (1997) como também a BNCC (2017), apresentam a seu modo, a importância da Geografia. Os PCNs (1997) ao falar da importância e estudo da Geografia diz que:

O estudo de Geografia possibilita aos alunos a compreensão de sua posição no conjunto das relações da sociedade com a natureza; como e por que suas ações, individuais ou coletivas, em relação aos valores humanos ou à natureza, têm consequências (tanto para si como para a sociedade). Permite também que adquiram conhecimentos para compreender as atuais redefinições do conceito de nação no mundo em que vivem e perceber a relevância de uma atitude de solidariedade e de comprometimento com o destino das futuras gerações. Além disso, seus objetos de estudo e métodos possibilitam que compreendam os avanços na tecnologia, nas ciências e nas artes como resultantes de trabalho e experiência coletivos da humanidade, de erros e de acertos nos âmbitos da política e da ciência, por vezes permeados de uma visão utilitarista e imediatista do uso da natureza e dos bens econômicos. (BRASIL, 1998, p.29)

A BNCC (2017) na sua organização destaca que:

Estudar Geografia é uma oportunidade para compreender o mundo em que se vive, na medida em que esse componente curricular aborda as ações humanas construídas nas distintas sociedades existentes nas diversas regiões do planeta. Ao mesmo tempo, a educação geográfica contribui para a formação do conceito de identidade, expresso de diferentes formas: na compreensão perceptiva da paisagem, que ganha significado à medida que, ao observá-la, nota-se a vivência dos indivíduos e da coletividade; nas relações com os lugares vividos; nos costumes que resgatam a nossa memória social; na identidade cultural; e na consciência de que somos sujeitos da história, distintos uns dos outros e, por isso, convictos das nossas diferenças. (BRASIL, 2017 p.359).

Em alguns pontos vemos a BNCC (2017) se aproxima do que os PCNs (1997) já apresentavam, como podemos perceber na citação acima, que dialoga com o que diz os PCNs (1997):

O estudo de Geografia permite que os alunos desenvolvam hábitos e construam valores significativos para a vida em sociedade. Os conteúdos selecionados devem permitir o pleno desenvolvimento do papel de cada um na construção de uma identidade com o lugar onde vive e, em sentido mais abrangente, com a nação brasileira e mesmo com o mundo, valorizando os aspectos socioambientais que

caracterizam seu patrimônio cultural e ambiental. Devem permitir, também, o desenvolvimento da consciência de que o território nacional é constituído por múltiplas e variadas culturas, povos e etnias, distintos em suas percepções e relações com o espaço, desenvolvendo atitudes de respeito às diferenças socioculturais que marcam a sociedade brasileira. (BRASIL, 1997, p.39).

A Geografia é a área do conhecimento que nos possibilita a leitura do mundo, e para isso lança um olhar e dialoga com outras áreas do saber, ela é na sua essência interdisciplinar, e isso possibilita-nos transitar entre por outros campos do conhecimento. A interdisciplinaridade sendo a ponte entre os saberes, o trabalho conjunto, a integração, o diálogo, nos proporciona a superação da visão dos saberes isolados, fragmentado, presos em suas “caixinhas” individuais, e apresenta uma forma de trabalho integral, uma discussão múltipla, possibilitando uma visão completa, favorecendo o aprendizado e o entendimento que os conhecimentos não estão separados, mas que todos estão conectados, e a forma que estudamos na escolas, são modelos didáticos, mas que os mesmos formam um todo. Os PCNs (1997) valorizavam, reconheciam e incentivavam a interdisciplinaridade, e destacava que:

[...] o espaço na Geografia deve ser considerado uma totalidade dinâmica em que interagem fatores naturais, sociais, econômicos e políticos. Por ser dinâmica, ela se transforma ao longo dos tempos históricos e as pessoas redefinem suas formas de viver e de percebê-la. (BRASIL, 1997, p.27)

É neste contato, no diálogo, na superação da fragmentação do saber, que a Geografia constrói sua base interdisciplinar e favorecer compreensão e leitura de mundo, até mesma, antes da leitura das palavras, como já dizia o educador Paulo Freire.

A BNCC (2017), não destaca a formação interdisciplinar, fala vagamente da importância para a leitura do mundo, no texto de apresentação, faz citação com a integração com outras áreas do saber, como podemos perceber, mas ao nos aprofundarmos na leitura e nas unidades temáticas, não encontramos a sequência e coerência com o que foi apresentada.

Para fazer a leitura do mundo em que vivem, com base nas aprendizagens em Geografia, os alunos precisam ser estimulados a pensar espacialmente, desenvolvendo o raciocínio geográfico. O pensamento espacial está associado ao desenvolvimento intelectual que integra conhecimentos não somente da Geografia, mas também

de outras áreas (como Matemática, Ciência, Arte e Literatura). (BRASIL, 2017, p.359).

Assim trabalhar de forma interdisciplinar, a Geografia e a Educação Ambiental, nos aproxima ainda mais do saber construído e trabalhado por este campo do saber ao relaciona e discutir a relação sociedade e natureza.

De forma geral, em relação aos PCNs (1997) e a BNCC (2017) e, levando em consideração que os documentos foram objetos de elogios e críticas positivas, cabe destacar que a Geografia, na BNCC (2017), este além de esvaziar e reduzir a abrangência da Geografia no seu corpo, ela é uma versão reduzida e empobrecida dos PCNs (1997), em vez de ampliar e valorizar a Geografia, importante área do saber e da formação do cidadão. A Geografia e a Educação Ambiental, tem como objetivo contribuir para mudança e visão de mundo dos cidadãos, porém, na BNCC 2017, estes componentes escolar foram reduzido e condicionado a desenvolver habilidades enquanto deveriam ser desenvolvidos e voltados para a formação autônoma e crítica dos estudantes, ao serem colocados diante das situações conflitantes do dia a dia, para buscarem e darem respostas ao problemas desafiantes, e ao agir sobre o espaço em que vivem, compreenderem as causas de tal situação, construindo conhecimentos e desenvolvendo as habilidades no processo de transformação pessoal e social de forma contínua.

### **Considerações finais**

O processo de ensino-aprendizagem acontece nas incertezas, nas inquietações, nas dúvidas que nos leva a buscar por respostas, a buscar soluções. A educação é um ato de mudança e revolução interior que tem a sua causa no exterior, ou seja, ao mundo a nosso redor, a partir das nossos experiência e vivências, vivências esta que mexe com o nosso interior, que nos provoca e no leva a mudanças, é uma troca constante, onde ensinamos e aprendemos, e revemos conceitos.

Assim diante do que foi apresentado e discutido no decorrer deste trabalho, pode-se afirmar que, trabalhar o ensino-aprendizagem na perspectiva interdisciplinar entre a educação ambiental e a Geografia, é formar novos cidadãos, para viver novo estilo de vida, estes voltados a uma convivência e harmonia com a natureza, onde a sociedade se desenvolva de forma sustentável respeitando nosso único local de moradia que é o planeta Terra. Por tanto, vale ressaltar que é necessário mudar a

mentalidade que nos leva a outro estilo de vida, a outra relação de convivência com a natureza, levando em consideração que podemos redirecionar a nossa forma de desenvolvimento em uma sociedade que saiba conviver com a natureza e extrair dela o necessário sem agredi-la, como estamos fazendo.

Assim, o principal viés da questão que norteou o trabalho foi ressaltar a importância e a necessidade do trabalho interdisciplinar da educação ambiental e geografia, ratificando que a educação ambiental não se resume apenas ao impacto físico da sociedade na natureza, mas que ela tem uma dimensão muito maior, ela atinge sobretudo o próprio ser humano como parte desta natureza. Estudar a educação ambiental pela lente da Geografia de forma crítica é aprender a compreender a natureza integrada ao ser humano, e não de forma separada. A educação é a saída para a maioria intelectual, harmônica e respeitosa. Para a preservação da vida como a conhecemos, tanto da natureza como do próprio ser humano, parte desta natureza. Como podemos analisar neste trabalho, o novo currículo escolar para educação infantil e para o ensino fundamental no país, a BNCC (2017), não deu tanto valor e destaque a educação ambiental como deveria e como estava presente nos PCNs de Meio Ambiente (1997) reduzindo e muito a possibilidade da discussão e debates para avanços significativos desta temática nas escolas e na sociedade brasileira.

A educação muda o ser humano, que muda a forma de ver e viver no mundo de forma harmônica e sustentável. Através do ensino de Geografia poderemos contribuir para a formação e transformação da sociedade. Acreditando que todos têm a capacidade de mudar e que a educação é o caminho, e devemos investir para que possamos construir uma sociedade melhor.

### Referências

ANDRADE, Manoel Correia. **Geografia, Ciência e sociedade**: Uma introdução do pensamento Geográfico. Recife: EDUFPE, 2006.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/lei9795.pdf>. Acesso em: 14 maio. 2019

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: geografia / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/ SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente, saúde / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília :1997

\_\_\_\_\_. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. 3ª versão revista. Brasília: MEC, 2017. 396 p.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura de. **A Educação Ambiental No Brasil**. In: BRASIL/MEC. Brasília: MEC, 2008.

CAVALCANTI, Lana. **Ensino de Geografia e diversidade**: construção de conhecimentos geográficos escolares e atribuição de significados pelos diversos sujeitos do processo de ensino. In: CASTELLAR, Sônia. (Org.). Educação Geográfica: teorias e práticas docentes. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. **Ensino de geografia e diversidade**: construção de conhecimentos geográficos escolares e atribuições de significado pelos diversos sujeitos do processo de ensino. In: Educação Geográfica: teorias e práticas docentes. (Org.). CASTELLAR, Sonia. 3.ed. São Paulo. Contexto, 2017.

DIAS, Geraldo Freire. **Educação Ambiental**: princípios e práticas. Editora Gaia. 9ª ed- São Paulo, 2004.

ETGES. Norberto J. **Ciências, interdisciplinaridade e educação**. In: Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito. (Org.): Ari Paulo Jontsch, Lúcido Bianchette. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

FAZENDA. Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade-transdisciplinaridade: Visões culturais e epistemológicas**. In: O Que é interdisciplinaridade? (Org.). Ivani Fazenda. São Paulo: Cortez, 2008.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação** - Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Moraes, 1980.

\_\_\_\_\_, Paulo. Pedagogia da autonomia: **saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GUIMARÃES. Mauro. **Por uma Educação Ambiental crítica na sociedade atual**. (s/d). Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/viewFile/2767/2898>>. Acesso em: 03 ago. 2019.

JACOBI. Pedro. Educação ambiental, Cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, março/ 2003.

LACOSTE, Yves. A Geografia - **Isso serve em Primeiro lugar para fazer a Guerra**. 5ª Ed. São Paulo. Ed. Papirus. 2016.

LIBANEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: Teoria e Prática. Goiânia: Alternativa, 2001.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária.** In: Educação ambiental, repensando o espaço da cidadania. (Org.). Carlos Frederico Bernardo Loureiro. Cortez editora. 5ª ed. São Paulo 2011.

MARCONI. Marina de Andrade. LAKATOS. Eva Maria. **Técnica de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados.** 7ª ed.- São Paulo: Atlas 2010.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib. **O conceito de estudo do meio transforma-se em tempos diferentes, em escolas diferentes, com professores diferentes.** In: VESENTINI, José William. O ensino de geografia no século XXI. Campinas: Papirus, 2004. p. 249 -288.

REIGOTA. Marcos. **O que é educação ambiental.** Coleção primeiros passos. São Paulo: Brasiliense, 1996.

ROCHA, Genylton Odilon Rego da. **Uma breve história da formação do professor de Geografia no Brasil.** In: Terra Livre, n.15, São Paulo, 2000, p.129-144.

SENA. Ivânia Paula Freitas de Souza. **Convite ao questionamento e a resistência ao abismo lançado pela Base Nacional Comum Curricular- BNCC.** In: Diálogos críticos. BNCC, educação, crise e luta de classe em pauta. (Org.). Antônio Marcos da Conceição Uchoa; Ivânia Paula Freitas de Souza Sena. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

SILVA. Tomaz Tadeu da. **Documentos e identidade.** Uma introdução as teorias do currículo.3ed.Belo Horizonte: autentica,2017.

TRINDADE. Diamantino Fernandes. **Interdisciplinaridade: Um novo olhar sobre as ciências.** In: O Que é interdisciplinaridade? (org.). Ivani Fazenda— São Paulo: Cortez, 2008.

YARED. Ivone. **O Que é interdisciplinaridade?** In: O Que é interdisciplinaridade? (Org.). Ivani Fazenda. São Paulo: Cortez, 2008.